

Uma excessiva carga tributária

A população e as empresas brasileiras iniciam o mês de novembro com números espantosos: a expressiva marca de 1 trilhão e 200 bilhões de reais pagos em impostos! Esses números podem ser vistos na frente da sede da Associação Comercial de São Paulo, que acompanha minuto a minuto a entrada de recursos para os cofres públicos. Trata-se de excessiva carga tributária, que acarreta grandes problemas não só para empresas e instituições escolares, como também, e principalmente, para o cidadão comum.

Pesquisas elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário indicam que a classe média brasileira trabalha 75% do ano para pagar tributos e adquirir serviços privados em substituição aos serviços públicos, ou seja, 157 dias para o pagamento de impostos e 117 dias para adquirir serviços particulares de educação, saúde, previdência e segurança, entre outros.

Embora recorrente, não podemos deixar de nos debruçar sobre um tema que afeta tremendamente a sociedade brasileira. A tributação tem crescido a cada ano, avançando muito além dos índices inflacionários. Nos últimos

tempos, a capacidade de investimento do setor privado foi sufocada pelo crescimento da carga tributária e pelo aumento dos gastos do governo.

O setor educacional brasileiro é um dos segmentos da sociedade que mais sofre com a carga extorsiva de impostos, agravando cada vez mais a vida dos cidadãos

que pagam escolas particulares. Entra governo, sai governo, e a situação não se modifica. Não se nota nenhum desejo do atual governo de reverter esse quadro, ao contrário: constantemente a economia se depara com alguma novidade nociva. Só no setor educacional, 46,6% é o montante exigido como tributação, segundo dados da FGV.



Benjamin Ribeiro*

Como se pode notar, o governo faz alarde dos projetos sociais, da distribuição do Bolsa Família para 11 milhões de pessoas, mas se esquece de dizer que retira muito mais, em impostos, de milhões e milhões de famílias de baixa renda. Na verdade, a sociedade brasileira reivindica uma política tributária mais justa, adequada à prestação de serviços que

recebe. É sempre bom renovar nossa esperança de que, um dia, talvez, algum governante reveja toda essa política tributária onerosa e desumana.

Além de abusivo e escorchante, é um fardo muito difícil de ser carregado por instituições e cidadãos. Para tentar amenizar essa situação, nós, da escola

particular, estamos tentando há tempos encontrar uma solução pelo menos para as famílias: a isenção de 100% do Imposto de Renda para as despesas com educação. A medida não beneficia diretamente as instituições privadas de ensino, mas, certamente, esse abatimento vai incentivar mais pessoas a ingressar em escolas ou faculdades particulares.

A área da saúde já foi contemplada com a isenção total das despesas no IR, mas, incompreensivelmente, não é reconhecido o mesmo direito para o setor educacional. Já existem projetos na Câmara Federal pedindo a isenção, inclusive com a justificativa de que alunos das escolas privadas e seus responsáveis estão sendo alvo de bitributação, pois pagam impostos para manter as escolas públicas e não recebem o benefício da isenção das despesas educacionais no Imposto de Renda. A reivindicação é justa e deve merecer a atenção e o apoio de toda a sociedade. ■

*Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo (Sieeesp)

benjamin@einstein24h.com.br